

Registrado e Publicado
Em 29 de Maio de 2024
Ass: 49323

PREFEITURA MUNICIPAL DO PAUDALHO
Governo Municipal



DECRETO Nº 369, de 29 de maio de 2024.

EMENTA: Altera e dá nova redação ao Decreto de Desapropriação nº 330, de 20 de novembro de 2023.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 11, XI; e art. 79, IX e X, da Carta Municipalista do Paudalho; e, na previsão contida no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; e, no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988,

CONSIDERANDO que o Decreto de Desapropriação nº 330, de 20 de novembro de 2023, teve como objeto a desapropriação de uma área de terra correspondente a 1.775,24m² (um mil, setecentos e setenta e cinco vírgula vinte e quatro metros quadrados), em Paudalho – PE,

CONSIDERANDO que o Decreto de Desapropriação nº 330, de 20 de novembro de 2023, teve como finalidade a construção de uma quadra poliesportiva, a qual integrará as instalações do Escola Municipal Gilda Barbosa, em Guadalajara, neste Município de Paudalho – PE,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do projeto básico para construção de equipamento público correspondente a construção de uma quadra poliesportiva, a qual integrará as instalações do Escola Municipal Gilda Barbosa, em Guadalajara, neste Município de Paudalho,

CONSIDERANDO que a desapropriação teve o curso litigioso, uma vez que o município desconhecia os titulares do imóvel desapropriado, tendo como consequência, o ajuizamento da ação de desapropriação através do Processo nº 0002621-91.2023.8.17.3080, ainda em tramitação perante o Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Paudalho – PE,

CONSIDERANDO a identificação dos atuais posseiros do imóvel desapropriado,

CONSIDERANDO a necessidade da adequação do valor da avaliação do imóvel, em função do acréscimo da área a ser atingida pela desapropriação,



CONSIDERANDO que a administração pública poderá rever seus atos, podendo o Poder Público, dessa forma, alterar o tamanho da área desapropriada, cumprindo-lhe, como consectário lógico, alterar o respectivo decreto expropriatório a fim de adequar o procedimento à situação fática e ao que prescreve a lei de regência (Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941),

CONSIDERANDO o princípio constitucional da eficiência, haja vista que a administração pública busca, com o uso racional dos meios, a obtenção dos resultados mais práticos e eficazes,

CONSIDERANDO, o princípio da finalidade, em razão da necessidade de se atender o interesse público e garantir a observância das finalidades institucionais por parte da administração pública,

CONSIDERANDO que é prioridade da administração pública municipal finalizar o procedimento expropriatório relativo ao processo judicial em andamento, haja vista o interesse coletivo para a destinação da área, para finalidades de interesse público,

DECRETA:

Art. 1º – O art. 1º, do Decreto de Desapropriação nº 330, de 20 de novembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de terra correspondente a 2.169,36m² (dois mil, cento e sessenta e nove vírgula trinta e seis metros quadrados), situada na Zona Rural, em Paudalho – PE, com as características, descrição, limites e confrontações constantes da planta e do memorial descritivo; assim como, de acordo com projeto executivo de construção de uma quadra poliesportiva, correspondente aos Anexos I, II e III, deste Decreto."

Art. 2º – Estando na posse do imóvel, de forma mansa e pacífica, desde o ano de 1996 (um mil novecentos e noventa e seis), figuram na condição de posseiros da referida área de 2.169,36m² (dois mil, cento e sessenta e nove vírgula trinta e seis metros quadrados), o Senhor Francisco Valentim Batista Júnior, brasileiro, casado, advogado, RG. nº 5.326.992 SSP-PE, inscrito no CPF/MF. nº 023.982.074-63, e sua esposa, Senhora Carina Nóbrega de Almeida Valentim Batista, brasileira, casada, empresária, RG. nº 10.001.518 SDS-PE, inscrita no CPF/MF. nº 055.394.144-54, ambos residentes e domiciliados na Rua Afonso de Albuquerque Melo nº 60 – Aptº 902 – Ed. Cristiano – bairro: Santana – Recife – PE – CEP. 52.060-450.



Art. 3º – O art. 3º, do Decreto de Desapropriação nº 330, de 20 de novembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º – Fica estabelecida a quantia de R\$ 298.482,24 (duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos) como o valor ofertado, a título de justa e prévia indenização pela área desapropriada."

Art. 4º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paudalho – PE (Gabinete do Prefeito), 29 de maio de 2024.


Marcello Fuchs Campos Gouveia
Prefeito

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PAUDALHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 369, DE 29 DE MAIO DE 2024.

DECRETO Nº 369, de 29 de maio de 2024.

EMENTA: Altera e dá nova redação ao Decreto de Desapropriação nº 330, de 20 de novembro de 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 11, XI; e art. 79, IX e X, da Carta Municipalista do Paudalho; e, na previsão contida no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; e, no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988,

CONSIDERANDO que o Decreto de Desapropriação nº 330, de 20 de novembro de 2023, teve como objeto a desapropriação de uma área de terra correspondente a 1.775,24m² (um mil, setecentos e setenta e cinco vírgula vinte e quatro metros quadrados), em Paudalho – PE,

CONSIDERANDO que o Decreto de Desapropriação nº 330, de 20 de novembro de 2023, teve como finalidade a construção de uma quadra poliesportiva, a qual integrará as instalações do Escola Municipal Gilda Barbosa, em Guadalajara, neste Município de Paudalho – PE,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do projeto básico para construção de equipamento público correspondente a construção de uma quadra poliesportiva, a qual integrará as instalações do Escola Municipal Gilda Barbosa, em Guadalajara, neste Município de Paudalho,

CONSIDERANDO que a desapropriação teve o curso litigioso, uma vez que o município desconhecia os titulares do imóvel desapropriado, tendo como consequência, o ajuizamento da ação de desapropriação através do Processo nº 0002621-91.2023.8.17.3080, ainda em tramitação perante o Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Paudalho – PE,

CONSIDERANDO a identificação dos atuais posseiros do imóvel desapropriado,

CONSIDERANDO a necessidade da adequação do valor da avaliação do imóvel, em função do acréscimo da área a ser atingida pela desapropriação,

CONSIDERANDO que a administração pública poderá rever seus atos, podendo o Poder Público, dessa forma, alterar o tamanho da área desapropriada, cumprindo-lhe, como consectário lógico, alterar o respectivo decreto expropriatório a fim de adequar o procedimento à situação fática e ao que prescreve a lei de regência (Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941),

CONSIDERANDO o princípio constitucional da eficiência, haja vista que a administração pública busca, com o uso racional dos meios, a obtenção dos resultados mais práticos e eficazes,

CONSIDERANDO, o princípio da finalidade, em razão da necessidade de se atender o interesse público e garantir a observância das finalidades institucionais por parte da administração pública,

CONSIDERANDO que é prioridade da administração pública municipal finalizar o procedimento expropriatório relativo ao processo judicial em andamento, haja vista o interesse coletivo para a destinação da área, para finalidades de interesse público,

DECRETA:

Art. 1º – O art. 1º, do Decreto de Desapropriação nº 330, de 20 de novembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de terra correspondente a 2.169,36m² (dois mil, cento e sessenta e nove vírgula trinta e seis metros quadrados), situada na Zona Rural, em Paudalho – PE, com as características, descrição, limites e confrontações constantes da planta e do memorial descritivo; assim como, de acordo com projeto executivo de construção de uma quadra poliesportiva, correspondente aos Anexos I, II e III, deste Decreto.”

Art. 2º – Estando na posse do imóvel, de forma mansa e pacífica, desde o ano de 1996 (um mil novecentos e noventa e seis), figuram na condição de posseiros da referida área de 2.169,36m² (dois mil, cento e sessenta e nove vírgula trinta e seis metros quadrados), o Senhor Francisco Valentim Batista Júnior, brasileiro, casado, advogado, RG. nº 5.326.992 SSP-PE, inscrito no CPF/MF. nº 023.982.074-63, e sua esposa, Senhora Carina Nóbrega de Almeida Valentim Batista, brasileira, casada, empresária, RG. nº 10.001.518 SDS-PE, inscrita no CPF/MF. nº 055.394.144-54, ambos residentes e domiciliados na Rua Afonso de Albuquerque Melo nº 60 – Aptº 902 – Ed. Cristiano – bairro: Santana – Recife – PE – CEP. 52.060-450.

Art. 3º – O art. 3º, do Decreto de Desapropriação nº 330, de 20 de novembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – Fica estabelecida a quantia de R\$ 298.482,24 (duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos) como o valor ofertado, a título de justa e prévia indenização pela área desapropriada.”

Art. 4º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paudalho – PE (Gabinete do Prefeito), 29 de maio de 2024.

MARCELLO FUCHS CAMPOS GOUVEIA

Prefeito

Publicado por:

Maryelle de Fátima Oliveira

Código Identificador:170BF8E3

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 11/06/2024. Edição 3610

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>